

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO (Do Sr. Zeca Dirceu)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o anúncio de corte de todas as suas bolsas de pós-graduação e a suspensão de programas de educação básica, de universidade aberta e de cooperação internacional.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex.^a, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Reunião de Audiência Pública com a participação dos convidados abaixo relacionados visando debater sobre os cortes sobre o orçamento da CAPES para 2019.

Desta forma, sugerimos que participem desta audiência pública representantes das seguintes entidades:

- 1) Ministério da Educação MEC, o Ministro de Estado da Educação, Rossieli Soares da Silva;
- 2) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, o diretor, Abílio Baeta Neves;
- 3) Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, a presidente Andréa Barbosa Gouvêa;
- 4) Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE, o presidente, João Ferreira de Oliveira;
- 5) Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, o presidente, Heleno Manoel Gomes;
- 6) Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, o (a) representante nacional;

JUSTIFICATIVA

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) tem como objetivo desempenhar papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação.

Em 2007, o Congresso Nacional aprovou por unanimidade a Lei 11.502/2007, homologada pelo então presidente Lula, a nova CAPES passa também a atuar na formação de professores da educação básica ampliando o alcance de suas ações na formação de pessoal qualificado no Brasil e no exterior. Tal atribuição é consolidada pelo Decreto nº 6755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica.

Após forte expansão e democratização das oportunidades na educação superior, com a ampliação das matrículas e o reforço às atividades de ensino, pesquisa e extensão, com forte expansão de iniciativas de fomento e oferta de bolsas, o que se observa é retrocesso e desmonte.

O corte de investimentos implementado pelo atual governo, faz com que as instituições de ensino e de fomento à pesquisa estejam operando no limite, tendo como consequência a paralização de atividades e dificuldades para manutenção de serviços básicos, como pagamento de água, luz e telefone, mobilidade, e a demissão de trabalhadores.

A suspensão dos pagamentos de 105 mil bolsistas a partir de agosto de 2019, acarretando a interrupção do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) (Edital nº 7/2018), do Programa de Residência Pedagógica (Edital nº 7/2018) e do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) (Edital nº 19/2018).

Interrupção do funcionamento do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e dos mestrados profissionais do Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), com a suspensão dos pagamentos a partir de agosto de 2019, afetando os mais de 245.000 beneficiados (alunos e bolsistas - professores, tutores, assistentes e coordenadores) que encontram-se inseridos em aproximadamente 110 IES, que ofertam em torno de 750 cursos (mestrados profissionais, licenciaturas, bacharelados e especializações), em mais de 600 cidades que abrigam polos de apoio presencial.

De forma sistemática, o governo promove verdadeiros ataques à instituições de fomento, como o CNPq e a CAPES, minando os recursos para bolsas e prejudicando milhares de bolsistas e pesquisadores, atacando severamente pesquisas e outras atividades acadêmicas em andamento.

A redução de orçamento é nítida e desproporcional, diante de um orçamento

superior à R\$ 7,5 bilhões, as dotações da CAPES foram reduzidas à metade pelo atual governo. Os valores empenhados até agosto de 2018 não chegam aos R\$ 2 bilhões, o que gera atraso em pagamentos e apreensão junto à comunidade científica.

O presente requerimento, tem como objetivo, pautar e proporcionar uma participação democrática da sociedade no debate sobre a limitação do orçamento para 2019 que representa um corte significativo em relação ao próprio orçamento de 2018, fixando um patamar muito inferior ao estabelecido pela LDO.

Sala da Comissão, 07 de agosto de 2018.

ZECA DIRCEU
Deputado Federal
PT/PR